



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

CONTRATO N.º 024/SG/MPDFT/2021

PROCESSO N.º 08191.061788/2021-75

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E TORINO INFORMÁTICA LTDA.

CONTRATANTE

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 26.989.715/0002-93, instalado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília – DF, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **WAGNER DE CASTRO ARAÚJO**, nos termos da Portaria n.º 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, daqui por diante designado simplesmente **MPDFT**;

CONTRATADA

TORINO INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 03.619.767/0005-15, estabelecida na Avenida 600, s/n, Quadra 15, módulo 10, Setor Industrial, TIMS, Serra - ES, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu Procurador, **RODRIGO DO AMARAL RISSIO**, brasileiro, solteiro, portador da CI-RG n.º 27.954.969-6 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 220.807.218-95, conforme Procuração, que confere ao qualificado poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um **CONTRATO DE AQUISIÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**, sob a forma de entrega parcelada em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, atualizada; no Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, e na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 60/2020**, do tipo **MENOR PREÇO**, doravante designado meramente edital, e nos autos do processo n.º 08191.061788/2021-75, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de equipamentos de informática (Item 1), com prestação de serviços de assistência técnica de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e dos anexos do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

O fornecimento do objeto deverá obedecer às disposições constantes dos anexos do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A garantia e assistência técnica fornecida pela CONTRATADA deve obedecer aos seguintes itens:

- a) Deve ser fornecida garantia de 36 (trinta e seis) meses *on-site* (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica) para o equipamento, pelo Fabricante ou assistência técnica autorizada, conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- b) Deve ser fornecida garantia de 12 (doze) meses para a bateria, pelo Fabricante ou assistência técnica autorizada, conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- c) A garantia deve ser fornecida pelo Fabricante, podendo ser o atendimento por empresa pertencente à sua rede autorizada, devidamente capacitada para tal função;
- d) Não são aceitas adaptações no equipamento. Deve ser comprovado através de declaração do Fabricante que todo equipamento será/foi integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência, originalidade e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE. Esta documentação solicitada não tem nenhuma correlação com as declarações que objetivam comprovar: vínculo entre Licitante e Fabricante; vínculo de Distribuidor e/ou Revendedor; solidariedade do Fabricante. O documento deverá ser apresentado conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- e) A empresa FABRICANTE do equipamento deve prover assistência técnica em todo território brasileiro e deverá dispor de um número telefônico do tipo (0800) para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;
- f) Deve possuir recurso disponibilizado via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) ou do revendedor autorizado que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;
- g) O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será no regime de 7x5 (sete horas por dia e cinco dias por semana);
- h) O Fabricante, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;

- i) Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o órgão, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- j) Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser idênticas às do equipamento originalmente recebido;
- k) É vedado qualquer tipo de serviço ou assistência técnica que requeira o envio do equipamento ou de acessórios pelo correio ou por qualquer outro meio;

PARÁGRAFO TERCEIRO – DOS PRAZOS

A tabela a seguir apresenta prazos para os principais eventos que ocorrerão durante a execução do Contrato:

AÇÃO	PRAZO
Prazo para a entrega dos objetos	Até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do início da vigência do contrato.
Emissão do Termo de Recebimento Provisório pelo MPDFT.	3 (três) dias úteis contados a partir da entrega do objeto.
Testes de conformidade.	5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo MPDFT.	5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório
Início da prestação da Garantia Técnica.	Imediatamente após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Substituição de equipamentos recusados nos testes de conformidades.	15 (quinze) dias corridos a partir da comunicação à CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – DO LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, localizada no seguinte endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede I do MPDFT, sala 227, Brasília- DF, CEP 70.091-900, Brasília-DF.

PARÁGRAFO QUINTO – DA DOCUMENTAÇÃO REGULAMENTAR

A execução do objeto contratual, mediante Pregão Eletrônico n.º 60/2020, fundamentada na Lei n.º 10.520/2002, obedecerá às estipulações deste instrumento, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 23/10/2020, e dirigida ao MPDFT, contendo os valores unitários e global, bem assim nos demais documentos constantes do processo n.º 08191.061788/2021-75, que independentemente de transcrição passam a integrar e complementam o contrato, naquilo que não o contrariem.

PARÁGRAFO SEXTO – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por

cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I e § 1º e 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPDFT

Por via deste instrumento contratual, o MPDFT obriga-se a:

1. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
2. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades previstas no ato convocatório e neste instrumento;
3. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato;
4. realizar testes de conformidade e pronunciar de forma conclusiva acerca do aceite ou não do produto adquirido, lavrando o respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
5. lavrar, em caso de não conformidade, um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto deste contrato será rejeitado, devendo ser substituído no prazo estabelecido, quando se realizarão novamente as verificações de conformidade;
6. anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
7. informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do contrato e de seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

PARÁGRAFO ÚNICO – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

Constituem-se obrigações do gestor do contrato, aquelas dispostas nos itens de 3 a 7 desta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta e em especial:

1. entregar os equipamentos de informática (Item 1) na quantidade, qualidade e marca indicadas em sua proposta e de acordo com as condições e especificações técnicas constantes dos anexos do edital e no prazo estipulado no Parágrafo terceiro da Cláusula Primeira, a contar da data da assinatura deste instrumento;
2. recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
3. manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados, desde que aceitos pelo MPDFT;
4. substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, o(s) preposto(s), cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço;
5. apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, as informações por este solicitadas, bem como a documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;

6. respeitar o prazo máximo para atendimento e reparo/solução do problema que ocasionou o chamado, contado a partir da abertura do mesmo, de até 5 (cinco) dias úteis, inclusive quando o mesmo implicar troca de peças ou componentes;
7. sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA;
8. caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à empresa CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei;
9. comunicar imediatamente ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
10. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT;
11. não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato;
12. não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
13. prestar garantia pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses *on-site* (ITENS 1 e 2), a contar do recebimento definitivo do objeto deste contrato;
14. dispor de número de telefone fixo local (DDD 61) ou 0800 ou e-mail ou sítio na internet para abertura de chamado e solicitação de suporte técnico, sem custos adicionais ao MPDFT;
15. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
16. responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da instalação dos equipamentos ou da prestação da assistência técnica, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
17. manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
18. recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
19. o atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT;
20. comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de dez dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
21. encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato;
22. acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT;

23. manter e acessar regularmente os correios eletrônicos ana.maria@grupotorino.com.br e rodrigo@grupotorino.com.br, para onde serão endereçadas todas as correspondências e notificações da Assessoria de Contratos e Convênios do MPDFT;

23.1. as notificações enviadas para o correio eletrônico informado pela contratada, equivalem às notificações feitas sob qualquer outra forma prevista em lei, e delas constarão o conteúdo integral da notificação;

23.2. as notificações encaminhadas para o endereço eletrônico informado pela CONTRATADA serão dadas como entregues e lidas a contar da data do envio.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício (2021), à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na categoria econômica Despesa de Capital, sob o Programa de Trabalho 03062058142610053 e Elemento de Despesa 449052.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho n.º 2021NE000209, de 25/5/2021, no valor de R\$ 1.712.000,00 (um milhão, setecentos e doze mil reais), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste contrato, o preço fixo e irrevogável correspondente ao valor global de R\$ 1.712.000,00 (um milhão, setecentos e doze mil reais), conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QUANTIDADE (UNIDADE)	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Notebook, tela: superior a 14 pol, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: 5 a 8 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: sem disco hdd, armazenamento ssd: 110 a 300 gb, bateria: até 4 células, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia on site: 36 meses. Observações do Item: Notebook tipo 1 – convencional	Marca: HP Modelo: Probook 640 G5	320	5.350,00	1.712.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 9º, II da Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, com o art. 73 da Lei 8.666/93 e art. 10 da Portaria Normativa DG nº 008, de 13 de maio de 2008, nos seguintes termos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações do Edital e seus Anexos, obedecendo as diretrizes de recebimento da Unidade;
- b) após a entrega o MPDFT realizará testes de conformidade e pronunciar-se-á de forma conclusiva acerca do aceite ou não do produto adquirido, lavrando o respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
- c) em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto do termo de Referência será rejeitado, devendo ser substituído no prazo estabelecido, quando se realizarão novamente as verificações de conformidade;
- d) caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a empresa CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei;
- e) à CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.
- f) o recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO

A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pelo MPDFT não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelo objeto efetivamente fornecido, a importância de R\$ 1.712.000,00 (um milhão, setecentos e doze mil reais), até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestado pelo setor competente, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O prazo de pagamento será suspenso se o fornecimento não estiver de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento, casos em que o prazo acima referido será contado a partir da efetiva regularização pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo MPDFT, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP** – onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

PARÁGRAFO QUARTO

Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto n.º 93.872/86.

PARÁGRAFO QUINTO

Do montante devido à CONTRATADA poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pelo MPDFT.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO EXECUTANTE

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 85.600,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos reais), no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do parágrafo anterior

PARÁGRAFO TERCEIRO

O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO

O MPDFT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO QUINTO

Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo MPDFT, bem como de processo administrativo instaurado pelo MPDFT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo MPDFT, mediante correspondência entregue contra recibo.

PARÁGRAFO OITAVO

A CONTRATADA se compromete a apresentar a garantia quando da alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, ou em caso de prorrogação de vigência do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de assinatura do instrumento contratual de prorrogação ou alteração.

PARÁGRAFO NONO

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

- I. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, sendo que:
 - a) o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;
 - b) a CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

- c) o valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O prazo de validade da garantia coincidirá com o prazo de duração da assistência técnica do equipamento, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos ao MPDFT e/ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A critério do MPDFT, poderá ocorrer a liberação da garantia proporcionalmente à execução da prestação realizada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem do Secretário-Geral do MPDFT, conforme estabelecido no Decreto n.º 93.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: sequintes à excussão dos bens do afiançado ou outra expressão equivalente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente do MPDFT, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de entrega do objeto ou da prestação de serviços, será aplicada multa de mora, conforme previsto no art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, nos seguintes termos:

- I. **Multa de 0,25%** (vinte e cinco décimos por cento) do valor unitário do equipamento em atraso na entrega, por dia corrido de atraso, até o limite de

15% (quinze por cento) do valor do equipamento. Após 30 dias corridos de atraso, o MPDFT poderá considerar inexecução total do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de inexecução total ou parcial do presente contrato, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

- I. advertência;
- II. multa:
 - no caso de **inexecução parcial** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.
 - no caso de **inexecução total** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.
 - ✓ Caso a aplicação de multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério **discricionário da Administração**, sempre com a análise do caso concreto;
- III. impedimento de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, falhar ou fraudar na sua execução, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- IV. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do parágrafo anterior desta cláusula, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou cobrada judicialmente a dívida, consoante o § 3º do artigo 86 e § 1º do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO QUINTO – OUTRAS SANÇÕES

De acordo com o artigo 88 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SEXTO – RECURSOS

Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula caberá recurso no prazo de cinco dias úteis da data de intimação do ato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade de aplicação de outras, dispostas na Lei n.º 8.666/1993 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deste contrato será exercida pelo gestor do contrato, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração do MPDFT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O gestor do contrato anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o MPDFT e/ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MPDFT nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o MPDFT; e
- c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO

Conforme o § 2º do artigo 79 da Lei n.º 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO

A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) a execução da garantia contratual para ressarcimento ao MPDFT dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao MPDFT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 118 (cento e dezoito) dias, contados da data da assinatura, ou até o recebimento definitivo do objeto do contrato, com relação ao fornecimento dos equipamentos, e 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo dos equipamentos, com relação à prestação de garantia *on site*, observado o disposto no *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O MPDFT deverá encaminhar extrato deste contrato para ser publicado no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, consoante disposição contida no artigo 20 do Decreto n.º 3.555/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília-DF para dirimir as dúvidas originárias da execução deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmaram o presente, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Pelo MPDFT



WAGNER DE CASTRO
ARAÚJO:5860
620.527.131-15

Emitido por: AC SOLUTI-JUS
v5

Data: 01/06/2021

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Secretário-Geral

Pela CONTRATADA



RODRIGO DO AMARAL
RISSIO:22080721895
220.807.218-95

Emitido por: AC Certisign RFB
G5

Data: 08/06/2021

RODRIGO DO AMARAL RISSIO
Procurador

**INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2021 - UASG 343016 - MUS.HIST.NAC.RIO

Número do Contrato: 1/2016.
Nº Processo: 01438.000644/2015-15.
Pregão. Nº 2/2016. Contratante: MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO.
Contratado: 00.028.986/0020-70 - ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, conforme cláusula oitava, do contrato administrativo nº 01/2016, em caráter excepcional, referente à prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em 04 (quatro) escadas rolantes, firmado entre as partes em 01.06.2016, de acordo com as disposições contidas no art. 57, inciso ii, parágrafo 4º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.. Vigência: 01/06/2021 a 01/09/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 87.999,96. Data de Assinatura: 31/05/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 343016 - MUS.HIST.NAC.RIO

Número do Contrato: 4/2020.
Nº Processo: 01438.000362/2019-41.
Pregão. Nº 3/2020. Contratante: MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO.
Contratado: 05.956.304/0001-40 - TRANSEGURTEC TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, conforme cláusula segunda do contrato administrativo nº 4/2020, firmado entre as partes em 08/06/2020, devendo a contratada manter durante a execução deste termo aditivo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e no contrato original. Vigência: 08/06/2021 a 08/06/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 963.120,00. Data de Assinatura: 07/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 07/06/2021).

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2021 - UASG 343042 - IPHAN - MT

Número do Contrato: 6/2020.
Nº Processo: 01425.000558/2019-85.
Tomada de Preços. Nº 5/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO - MT. Contratado: 01.746.007/0001-10 - ARCHAIOS ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETO E RESTAURACAO L. Objeto: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 06/2020, firmado entre as partes.. Vigência: 29/10/2020 a 24/08/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 146.910,63. Data de Assinatura: 08/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 08/06/2021).

Conselho Nacional do Ministério Público

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2021**

A Pregoeira do Conselho Nacional do Ministério Público, torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão acima referenciado foi ADJUDICADO e HOMOLOGADO pelo critério de menor preço por global à empresa: DFTI COMERCIO E SERVCOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ nº 09.650.283/0001-91). Informo ainda que o procedimento acima encontra-se franqueado aos interessados (Proc. SEI nº 19.00.6300.0000771/2021-33).

FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 1/2018

Processo: 19.00.1510.0002770/2021-62. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: ERALDO PERES DA SILVA EIRELI. CNPJ: 00.717.857/0001-27. Finalidade: Repactuar o valor do Contrato CNMP nº 1/2018, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021 do SINRAD-DF, registrada no MTE sob o nº DF000198/2021. Valor do Termo: R\$ 6.495,97 (seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos). Data de Assinatura: 7/6/2021. Categoria Econômica: 3.3.9.0.37.01. Nota de Empenho: 2021NE000065. Signatário da Contratante: Mateus Willig Araujo. Signatário da Contratada: Eraldo Peres da Silva.

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 62/2021 - UASG 200234

Nº Processo: 0696/2021-60. Objeto: Contratação da empresa GINO TERENTIM ACADEMIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA para a realização de duas turmas do curso "Métodos ágeis e aplicação na inovação 1". Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular Declaração de Inexigibilidade em 07/06/2021. IVAN DE ALMEIDA GUIMARAES. Secretário de Administração. Ratificação em 07/06/2021. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO. Diretor-geral. Valor Global: R\$ 22.350,00. CNPJ CONTRATADA : 36.610.570/0001-40 GINO TERENTIM ACADEMIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA.

(SIDEAC - 08/06/2021) 200234-00001-2021NE000023

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021**

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora com o valor total respectivo: Píscis Informática Indústria e Comércio Ltda. - CNPJ 55.215.826/0001-60 (Item 1 - R\$26.685,75).

ANDREA MORAES DE OLIVEIRA
Pregoeira

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/SG/MPDFT/2017. Processo nº 08191.040705/2018-17. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: GRÁFICA E EDITORA MOVIMENTO LTDA; CNPJ: 08.220.275/0001-42. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/6/2021 até 24/6/2022, consoante o disposto em sua Cláusula Sétima - Do Prazo de Execução e De Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993 de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Valor Global Estimado: R\$ 957.981,00. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: GUSTAVO FARIA DE CARVALHO, Sócio Gerente. Data de assinatura MPDFT: 28/5/2021. Data de assinatura CONTRATADA: 7/6/2021.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 024/SG/MPDFT/2021. Processo nº 08191.061788/2021-75. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: TORINO INFORMÁTICA LTDA; CNPJ: 03.619.767/0005-15. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (Item 1), com prestação de serviços de assistência técnica de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 60/2020. Vigência: 08.06.2021 até 04/10/2021. Valor Global: R\$ 1.712.000,00. Programa de Trabalho: 03062058142610053, Elemento de Despesa: 449052. Nota de Empenho: 2021NE000209, de 25/05/2021. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: RODRIGO DO AMARAL RISSIO, Procurador. Data de assinatura MPDFT: 01/06/2021. Data de assinatura CONTRATADA: 08/06/2020.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 30/2019. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa REGINA PACHECO & COELHO CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 02.914.334/0001-04. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, mantendo-se os mesmos preços e demais condições pactuadas. Vigência: 27/08/2021 a 26/08/2022. Data de Assinatura: 14/04/2021. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 496.240,00. Valor Global do Contrato: R\$ 1.478.400,00. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração / DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, PABLO COELHO FERREIRA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.001644/2019-88.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 55/2020. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa DROGARIA LIBERAL E PEREIRA EIRELI. CNPJ: 13.544.130/0001-37. Objeto: Fornecimento de Medicamentos, Soluções, e Materiais Hospitalares destinados a atender a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SSI-Saúde) da Procuradoria-Geral da República. Modalidade: Pregão Eletrônico. Valor total: Percentual de desconto (sobre os valores constantes na tabela ABC Farma, Brasília e SIMPRO) - 8%. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data de Assinatura: 02/12/2020. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração / DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, JOSE VILMAR PEREIRA DO CARMO JUNIOR. Processo MPF/PGR: 1.00.000.010144/2020-71.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2018. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa GENERALI BRASIL SEGUROS S.A. CNPJ: 33.072.307/0001-57. Objeto: prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses. Vigência: 02/07/2021 a 01/07/2022. Data de Assinatura: 19/05/2021. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 220,32. Valor Global do Contrato: R\$ 10.575,36. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração e pela Contratada, TAINARA AUGUSTA VIEIRA ZAGNOLO. Processo MPF/PGR: 1.00.000.001702/2018-92.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2017. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa SISTEMA DE EMERGÊNCIA MÓVEL DE BRASÍLIA LTDA. CNPJ: 37.142.932/0001-89. Objeto: prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses. Vigência: 18/08/2021 a 17/08/2022. Data de Assinatura: 23/04/2021. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 81.280,12. Valor Global do Contrato: R\$ 409.920,40. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração e pela Contratada, ELAINE CRISTINA ROLEMBERG DE PAULO, Administradora. Processo MPF/PGR: 1.00.000.014030/2018-85.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2017. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. CNPJ: 07.797.967/0001-95. Objeto: a) prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, de 17/07/2021 até 16/07/2022, mantendo-se os preços e demais condições pactuadas; b) resguardar o direito de a CONTRATADA solicitar o reajuste contratual, conforme Cláusula Décima Segunda do Contrato. Vigência: 17/07/2021 a 16/07/2022. Data de Assinatura: 18/05/2021. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 109.693,17. Valor Global do Contrato: R\$ 548.465,85. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração / DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, RUDIMAR BARBOSA DOS REIS. Processo MPF/PGR: 1.00.000.008178/2018-81.

